

1. PREMISSAS DO PLANO

O Plano Plurianual 2004-2007, como Lei Estadual, representa o instrumento de viabilização das ações propostas no **Plano de Governo 2003-2006 - Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social**. É uma proposta para quatro anos, que excede, em um ano a mais, a atual Administração de Governo.

A ênfase na elaboração desse novo PPA recai sobre um tema de construção coletiva, iniciada desde o Ceará Cidadania, tendo sido capital a contribuição.

A partir desse contexto, o Governo decidiu pela elaboração de um Plano Plurianual Compartilhado: compartilhado em direitos e compromissos por parte de todos e que inaugurasse estratégias de longo prazo visando a inclusão social e a redução das disparidades regionais.

A decisão governamental representa um marco de inovação na história do Planejamento do Estado do Ceará: a ausculta às populações dos municípios cearenses, na defesa de suas prioridades e legítimos interesses.

O Plano rege a definição de um conjunto de Programas prioritários na área social, de investimentos e infra-estrutura, que representam compromissos para a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental do Estado.

O financiamento do Plano, a fim de tornar exeqüíveis tantos e tão variados objetivos, será viabilizado, pelo estabelecimento e ampliação de parcerias e negociações entre o Governo do Estado, o setor privado, e outros níveis de governos (federal, municipal).

O PPA 2004-2007 não se resume a um conjunto de políticas imediatas de curto prazo. Ele introduz, no que pertine a questões mais delicadas, especialmente quanto à promoção da inclusão social e redução das desigualdades, compromissos graduais de médio e longo prazos, que se viabilizarão com a consolidação de bases e estruturas propostas no Plano de Governo 2003-2006 e com a remoção dos obstáculos que se apresentarão ao longo do quadriênio.

O Plano Plurianual (2004-2007) será um dos instrumentos de orientação para estruturação dos gastos públicos ao longo do quadriênio, por meio das mudanças nos orçamentos anuais do Estado. Ele estabelece o horizonte para o qual vão se dirigir os orçamentos estaduais. No momento está sendo detalhado e orçado e, por por tanto este mês de setembro estará sendo encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará para votação.

Instrumento de natureza institucional, o Plano Plurianual (2004-2007) integra o novo modelo de planejamento, orçamento e gestão, introduzido pelo governo federal e disseminado para os estados e municípios, pautado nos seguintes princípios:

- Planejamento de longo prazo, de caráter indicativo, baseado no território, que compreende uma visão estratégica do desenvolvimento, para um horizonte de longo prazo, e a indicação de oportunidades de investimentos públicos e privados, para um médio prazo;

- Plano, orçamento e gestão integrados para dar dinamismo à gestão pública e evitar a consolidação de uma gestão inercial, fazendo mais a mesma coisa, ano após ano, e essencialmente voltado para preocupações fiscais e financeiras;
- Programa como unidade de gestão, para a implementação das ações de governo e de seus parceiros na obtenção de resultados demandados pela sociedade;
- Construção de parcerias internas e externas ao governo, somando recursos para atingir um nível mais elevado de efetividade da ação pública;
- Programas estratégicos, que atribuem seletividade à implementação do plano, selecionados em função da magnitude de seu impacto nas mudanças desejadas;
- Gerenciamento por programas, que tem por objetivo atribuir responsabilidades e orientar os esforços das equipes de execução dos programas;
- Avaliação como procedimento anual, voltada para o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano.

Conforme retromencionado, o PPA 2004-2007 pauta-se pelos Fundamentos do Plano de Governo 2003-2006, que são os seguintes:

- **Participação** - compreendendo o envolvimento da sociedade na elaboração de planos e programas e na mediação do controle social;
- **Cooperação e parceria** - base da ação do governo do estado para o trabalho interinstitucional, integração regional e indução ao desenvolvimento;
- **Transparência** - fator de contribuição para a confiança dos governados e para a eficácia da ação governamental;
- **Racionalidade** - imposição de limites ao uso dos recursos públicos;
- **Integração com descentralização** - a integração envolve as dimensões ambiental, econômica, social, política e de infra-estrutura, superando a perspectiva setorial e criando sinergias. A descentralização implica aproximar as decisões e as ações governamentais dos fatos geradores, garantindo maior resolutividade aos serviços públicos.
- **Eqüidade e inclusão social** - a primeira envolve princípios imutáveis de justiça que induzem critérios de moderação e de eqüidade; a segunda, baseia-se numa estratégia de adoção de políticas redistributivas apoiadas na educação.
- **Sustentabilidade** - busca a obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento, envolvendo as dimensões ambiental, econômica, política e social.
- **Cearnsidade** - trata-se do sentimento de pertencer à comunidade cearense, compreendendo a preservação dos traços históricos e culturais e dos valores que fundamentam e dão identidade ao povo cearense.

2. CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

2.1. Aspectos Metodológicos

As estimativas de crescimento do PIB cearense e de outras variáveis relevantes, para o período de 2004 a 2007, foram realizadas a partir de três cenários macroeconômicos alternativos, utilizando-se o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto, desenvolvido pela Universidade de Illinois (USA), Universidade de São Paulo (USP), contando também com a colaboração de técnicos do Governo do Estado.

Para a montagem dos cenários, foram selecionadas 17 atividades das mais representativas da economia estadual, sendo duas da agropecuária (lavouras e pecuária), dez da indústria (minerais não metálicos, metalurgia, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, mecânica, material elétrico e de comunicação, química, construção civil e energia elétrica e gás) e cinco do setor de serviços (comércio, alojamento e alimentação, transporte, comunicação e administração pública), que, conjuntamente, respondem por 76% do PIB cearense.

A escolha das referidas atividades deveu-se não apenas ao seu peso relativo na formação da renda estadual, mas também ao elevado potencial estratégico que lhes foi atribuído pela política estadual de desenvolvimento, a exemplo dos subsetores: i) agropecuário, incorporando as estratégias de agricultura irrigada e carcinicultura; ii) metalúrgico; iii) químico; iv) têxtil; v) calçados, principal item da pauta de exportação cearense; e vi) turismo.

As hipóteses de evolução de cada um dos 17 subsetores, ao longo do período 2004/2007, levou em consideração um elenco de informações qualitativas e quantitativas levantadas junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, mediante entrevistas realizadas com dirigentes de sindicatos das principais indústrias da referida Federação, informações qualitativas sobre o andamento de projetos específicos do Estado, prestadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e por fim o acompanhamento e projeções de setores selecionados dentro das contas regionais do Estado, levantadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O modelo econométrico utilizado trabalha com um aparato de consistência macroeconômica nacional, permitindo assim que seus resultados sejam aderentes às tendências da economia brasileira e seu horizonte de previsão de impacto vai até o ano de 2011.

No presente ensaio, a variável escolhida para alimentar o modelo foi a renda (PIB), projetando-se crescimentos individuais para as 17 atividades selecionadas, dentro de cada um dos três cenários idealizados. Em seguida, o modelo foi alimentado com essas informações, gerando para os anos do período analisado as taxas de crescimento da economia estadual, a decomposição do produto em consumo, investimento, exportações e importações, os empregos diretos e indiretos a serem criados, além da regionalização do produto e do emprego segundo as oito macrorregiões de planejamento do Estado.

2.2. Resultados

A Tabela 1, a seguir, apresenta as taxas de crescimento do PIB cearense, para os três cenários (A, B e C) idealizados. Vale lembrar que, no início de 2003, foram realizadas pelo IPECE projeções de crescimento para a economia estadual, para fundamentar o Plano de Governo do Estado. Naquele trabalho anterior de cenarização, que tomou como base a taxa média de crescimento consolidada do período de 1985 a 2000, ajustada pelo desvio padrão da amostra, os resultados então encontrados são convergentes com os atuais do modelo econométrico.

Tabela 1
Ceará
Cenários Macroeconômicos Projetados para o Período 2004 a 2007
Taxas de Crescimento do PIB, em %

Anos	Cenário A	Cenário B	Cenário C
2004	2,39	3,65	4,70
2005	2,37	3,62	4,66
2006	2,35	3,59	4,62
2007	2,34	3,56	4,58
Tx.geométrica anual	2,36	3,61	4,64

Fonte: SEPLAN-CPLOR – Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto

Para subsidiar a elaboração do PPA, no que diz respeito às projeções de receitas tributárias e as transferências correntes e outras receitas de capital, foi escolhida, para 2004, a média geométrica anual de crescimento do PIB cearense do cenário “B” (3,61%), tendo em vista as evoluções dos cenários econômicos locais, nacionais e internacionais.

De 2005 a 2007, foi feita a opção pela média geométrica do cenário “C” (4,64%), admitindo-se uma melhora no ambiente econômico local e externo, que possibilitará a evolução do PIB estadual dentro da hipótese de cenário otimista. Do ponto de vista estadual, projeta-se um maior impacto dos investimentos em infraestrutura realizados recentemente pelo Governo do Estado, uma economia interna fortalecida pela maior transferência de recursos federais para a população mais pobre, um maior dinamismo do setor exportador e um aumento da capacidade de investimento do Tesouro estadual. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de implantação de projetos importantes, como a siderúrgica e a refinaria. Do lado externo, projeta-se uma acentuada melhoria da economia nacional, dentro de um cenário de estabilidade macroeconômica que possibilitará a prática de juros menores e maior crescimento doméstico, bem como uma gradual recuperação da economia internacional, puxada pela reanimação das economias americana e européia.

Os resultados estão expressos na Tabela 2, que além das taxas de crescimento da economia estadual, traz também uma estimativa do valor do PIB e do produto por habitante, em reais constantes de 2002.

**Tabela 2 - Projeções Macroeconômicas para o Período 2004 a 2007 - Ceará
CENÁRIO ESCOLHIDO**

Anos	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Valor do PIB R\$ milhões de 2002	PIB per capita R\$ 1, de 2002	População Estimada (IBGE)
2004	3,61	26.238	3.321	7.901.076
2005	4,64	27.456	3.416	8.038.379
2006	4,64	28.730	3.513	8.177.096
2007	4,64	30.063	3.615	8.316.518

Fonte: SEPLAN-CPLOR – Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto

No cenário escolhido, o valor de toda riqueza gerada pela economia cearense alcançará R\$ 26,2 bilhões em 2004, devendo atingir R\$ 30,1 bilhões em 2007. Por outro lado, a renda per capita passará de R\$ 3.321, em 2004, para R\$ 3.615, em 2007. Em relação a 2003, o PIB deverá acumular um crescimento de 18,7% e, a renda per capita, de 10,86%.

Em termos setoriais, o maior crescimento da economia cearense, no período considerado, deverá ser registrado na agropecuária, denotando a coerência pelo esforço do governo de reativar a economia rural e reduzir a vulnerabilidade do setor às oscilações climáticas do semi-árido, com destaque para a estratégia governamental de aumentar a oferta d'água e de proteção da base produtiva de bovinos, ovinos, caprinos, algodão, caju, qualificação da agricultura irrigada e a intensificação do apoio à agricultura familiar, como elementos de importância do setor.

O setor industrial do Estado enfrentou algumas dificuldades em períodos recentes, com taxas negativas em 2001 e 2002, como resultado do racionamento de energia elétrica no país, dos juros elevados, da recessão instalada na construção civil e da crise econômica internacional. Todavia, há uma possibilidade de recuperação para os próximos anos, tendo em vista a reorientação da política de atração de investimentos, a instalação de termelétricas, a boa performance do setor exportador e a possibilidade da vinda do refino de petróleo e da siderúrgica.

O setor de serviços deverá apresentar um comportamento dentro da sua média histórica de crescimento, impulsionado pelos resultados dos setores agropecuário e industrial. Dentro do setor, destacam-se o desempenho favorável que deverá ser apresentado pelo turismo, uma das grandes vocações econômicas do Estado, a evolução positiva dos subsetores de transporte e comunicação e do comércio.

2.2.1. Projeções do PIB sob a ótica da demanda final

Uma outra análise importante de projeções macroeconômicas é a desagregação do PIB, sob a ótica da demanda final, constituído pelo consumo, investimento, exportações e importações. A Tabela 3, que apresenta esses componentes para o período sob comentário, mostra que o consumo é o principal item, respondendo em média por 93,7% do PIB estadual.

Para promover o crescimento da economia cearense, o investimento total deverá alcançar um valor médio anual da ordem de R\$ 6,0 bilhões no período considerado, algo em torno de 21,2% do PIB. Deste total, o investimento privado deverá contribuir, em média, com 61,5%, cabendo a parcela restante (38,5%) ao investimento do governo (União, Estado e municípios). Dentro da parcela pública, o investimento do Governo Estadual deverá responder por cerca de 58,2% dessa rubrica, de acordo com as projeções orçamentárias, o que mostra a sua importância como fonte de crescimento da economia cearense nos próximos anos.

As vendas externas totais, formadas pelas exportações internacionais e para o resto do país, deverão responder por cerca de um terço do PIB estadual, no período considerado. As vendas de bens e serviços para os outros países ainda representam uma parcela pequena (em torno de 10%) do total do comércio estadual, embora haja perspectivas concretas de um forte crescimento, notadamente de produtos manufaturados, lideradas pelas exportações de calçados.

Tabela 3 - Projeções Macroeconômicas para o Período 2004/2007 - CEARÁ

Variáveis	2004	2005	2006	2007
PIB TOTAL (*)	26.238.000	27.456.000	28.730.000	30.063.000
Consumo Privado	19.757.214	20.674.368	21.633.690	22.637.439
Consumo do Governo	4.819.921	5.043.667	5.277.701	5.522.573
Consumo Total	24.577.135	25.718.035	26.911.391	28.160.012
Investimento Privado	3.424.059	3.583.008	3.749.265	3.923.222
Investimento do Governo	2.141.021	2.240.410	2.344.368	2.453.141
Investimento Total	5.565.080	5.823.418	6.093.633	6.376.362
Exportações (* *)	8.844.830	9.255.418	9.684.883	10.134.237
Importações (* *)	-12.749.044	-13.340.870	-13.959.907	-14.607.612
Emprego Total (direto + indireto)	157.651	204.421	204.438	204.449
Emprego direto	71.600	93.024	93.031	93.037
Emprego indireto	86.051	111.397	111.407	111.412

Fonte: SEPLAN/CPLOR – Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto

(*) Valores em R\$ mil de 2002

(* *) Exportações e importações para o exterior e resto do país.

Obs.: Os itens que compõem o PIB foram projetados tomando-se a participação média

Do período de 1995 a 2000, do trabalho "Estimativa do PIB do Ceará sob a Ótica

Da Demanda Final - 1985/2000", do IPLANCE.

PIB = Consumo + Investimento + Exportações – Importações.

Por outro lado, as importações do exterior e do resto do país deverão alcançar, em média, 48,6% do PIB estadual. Esse fato mostra que a produção local é largamente insuficiente para atender às necessidades do Estado, revelando ainda a existência de grandes lacunas na cadeia produtiva que poderiam ser preenchidas, como oportunidade de novos empreendimentos ou como estratégia de atração de investimentos. A exemplo das exportações, as importações do exterior também deverão representar uma parcela menor (cerca de 11%) do total. A maior fatia (89%) deverá advir das compras realizadas junto aos outros estados do país.

Essas informações sobre o comércio sugerem um resultado importante para o Estado, dentro da perspectiva de uma reforma tributária em curso. Assim, considerando apenas o comércio interestadual, as importações deverão alcançar um valor médio anual da ordem de R\$ 12,1 bilhões, no período considerado, devendo as exportações atingirem algo em torno de R\$ 8,5 bilhões. Assim, se for aprovado na reforma tributária que o imposto que vai substituir o ICMS será cobrado no destino, o Ceará será bastante beneficiado, uma vez que as importações oriundas de outros estados do país deverão superar em cerca de R\$ 3,6 bilhões as suas exportações.

De outra parte, se a economia cearense apresentar o crescimento que está sendo projetado no cenário escolhido, deverão ser criados, em média, 193 mil empregos anuais no período considerado, sendo 88 mil empregos diretos e 105 mil indiretos.

2.2.2. Regionalização para o PIB e emprego

O modelo econométrico utilizado para a elaboração dos cenários macroeconômicos também possibilitou a espacialização dos resultados, segundo as oito macrorregiões de planejamento do Estado¹.

Os resultados encontrados indicam que Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) deverá ser responsável, em média, por cerca de 62,5% de toda riqueza produzida no Estado, no período considerado. O segundo pólo econômico deverá ser a região do Cariri/Centro Sul, com uma participação em torno de 9,4% do PIB estadual, cabendo às demais regiões contribuições cada vez menores.

Em termos espaciais, a concentração média do emprego na RMF deverá alcançar cerca de 69,6% do total das novas oportunidades a serem criadas, um pouco acima da concentração observada para o PIB (62,5%). O segundo lugar caberá à macrorregião do Cariri/Centro Sul, com uma participação média de 8,8% no emprego, cabendo às outras seis regiões a parcela restante (21,6%).

Vale recordar que o modelo econométrico é neutro em termos de política econômica, ou seja, ele projeta para o futuro a tendência e a estrutura observadas, de tal forma que a RMF, se nenhuma intervenção for adotada, deverá continuar a apresentar uma elevada concentração em termos de produto e emprego, embora, em passado recente, tenha sido observada uma leve queda na sua participação econômica.

De qualquer forma, essa macrocefalia da Região Metropolitana de Fortaleza representa uma grande preocupação para os gestores de políticas públicas, constituindo-se, assim, num grande desafio a ser enfrentado pelos poderes público e privado.

Esse fato reforça a opção estratégica do Governo Estadual em reverter o quadro de forte concentração espacial da riqueza e do mercado de trabalho, ao decidir que 55% dos seus investimentos deverão ser realizados no interior, ou, mais especificamente, fora da RMF, além de ter criado a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional para viabilizar a implantação e operacionalização da política de desconcentração espacial do Estado.

¹ Região Metropolitana de Fortaleza, Litoral Oeste, Sobral Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul.

3. OS GRANDES NÚMEROS DO PLANO

3.1. Dispêndios Totais do PPA

Os dispêndios totais, consideradas todas as fontes de recursos, deverão alcançar R\$ 6.049,3 milhões, em 2004, elevando-se para R\$ 6.502,7 milhões, em 2007. Nessas projeções fica evidente que as despesas totais do Estado, previstas no período de execução do PPA, apresentam uma trajetória decrescente, como fração do PIB estadual, caindo de 20,5%, em 2004, até alcançar 17,6%, em 2007. Esse declínio de participação revela dois fatos relevantes. O primeiro, é a preocupação governamental no controle de seus gastos, tornando-os mais eficientes. O segundo, é a redução do tamanho do Governo, em termos de consumo e investimento, dentro da geração de riqueza da economia cearense, abrindo espaço para o setor privado.

Vale lembrar que nas projeções dos dispêndios totais estão excluídas as despesas do Tesouro do Estado relativas ao pagamento da dívida pública, as transferências constitucionais para municípios, o cumprimento de decisões judiciais, a aquisição de títulos de responsabilidade do Tesouro Estadual e ao resgate de ações, e o pagamento de inativos, dentre outras, que representam agregação neutra.

A Tabela 1, a seguir, apresenta essas informações, que estão expressas em reais correntes, ou seja, incorporando a inflação projetada para cada ano do período considerado.

**Tabela 1 - Projeção dos Dispêndios Consolidados – 2004/2007
Estado do Ceará**

Anos	Valor R\$ milhões Correntes	Em % do PIB
2004	6.049,3	20,5
2005	6.206,9	19,3
2006	6.513,9	18,9
2007	6.502,7	17,6

Fonte: SEPLAN/CPLOR

3.1.1. Dispêndios nos Três Poderes

Os gastos previstos no PPA mostram que o Poder Executivo deverá ficar com a maior parcela, absorvendo, em média, 93,4% do total, no período de 2004 a 2007. A parcela restante deverá ser distribuída entre os Poderes Judiciário (média de 3,3%), Legislativo (média de 2,2%) e Ministério Público (média de 1,1%). A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição dos gastos por poder.

Tabela 2 - Projeção dos Dispêndios, por Nível de Poder - 2004/2007
Estado do Ceará

Em R\$ milhões Correntes

Poderes	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Legislativo	132,0	2,2	136,7	2,2	141,2	2,2	146,0	2,2
Judiciário	197,1	3,3	201,8	3,3	208,5	3,2	215,4	3,3
Ministério Público	68,1	1,1	70,7	1,1	73,1	1,1	74,5	1,1
Executivo	5.652,1	93,4	5.797,7	93,4	6.091,1	93,5	6.066,8	93,4
Total	6.049,3	100,0	6.206,9	100,0	6.513,9	100,0	6.502,7	100,0

Fonte: SEPLAN/CPLOR

3.1.2. Dispêndios por Tipos de Programa

Os programas do Plano Plurianual agrupam-se em quatro conjuntos, segundo a sua finalidade, conforme discriminados a seguir:

- *Programas Finalísticos*: destinam-se a atender diretamente as demandas e necessidades da sociedade;
- *Programas de Gestão de Políticas Públicas*: cobrem as ações do governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas;
- *Programas de Serviços ao Estado*: têm por finalidade a produção de bens e serviços tendo o próprio Estado como beneficiário, por instituição criada para esse fim;
- *Programas de Apoio Administrativo*: reúnem as ações de apoio administrativo para suporte à implementação dos demais programas, compreendendo principalmente custos de pessoal não passíveis de alocação direta aos programas finalísticos ou de gestão de políticas públicas.

Assim, do total dos recursos previstos no PPA, os programas finalísticos deverão absorver a maior parcela dos gastos, com uma participação média de 65,4%, dentro do período considerado. Em seguida, aparecem os dispêndios com os programas de apoio administrativo, com uma fração média de 34,4%, cabendo a parcela residual restante aos programas de serviço ao Estado e de gestão de políticas públicas. A Tabela 4 apresenta a distribuição dos gastos, em valor e percentagem, a serem realizados no período.

**Tabela 3 - Dispêndios do PPA por Tipo de Programa - 2004/2007
Estado do Ceará**

Tipo de Programa	Em R\$ milhões Correntes							
	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Finalístico	4.041,89	66,82	4.073,82	65,63	4.273,19	65,60	4.144,62	63,74
Gestão de Políticas Públicas	2,42	0,04	2,67	0,04	2,69	0,04	2,78	0,04
Serviços ao Estado	3,74	0,06	7,03	0,11	6,97	0,11	7,38	0,11
Apoio Administrativo	2.001,24	33,08	2.123,33	34,21	2.231,01	34,25	2.347,96	36,11
Total Geral	6.049,29	100,00	6.206,86	100,00	6.513,86	100,00	6.502,75	100,00

Fonte: SEPLAN/CPLOR

3.1.3. Dispêndios por Eixo de Articulação

O Plano Plurianual do Estado foi montado sobre quatro eixos de articulação, cujos valores estão detalhados na Tabela 4, a seguir.

Observa-se que *“Ceará Vida Melhor”* representa o principal eixo do Plano, absorvendo, em média, 58,3% dos recursos a serem aplicados durante o período de 2004 a 2007. Nesse grupo, os principais destaques são para os gastos previstos em educação básica e saúde, que conjuntamente deverão ser responsáveis, em média, por 62,9% do total do eixo.

Em seguida aparece *“Ceará Empreendedor”*, com uma participação média de 27,4%, no período considerado. Dentro desse eixo, os maiores dispêndios deverão ser realizados em obras de infra-estrutura de transporte, energia e comunicação (média de 45,0%), indústria e mineração (média de 29,2%) e agricultura e desenvolvimento do meio rural (média de 13,0%).

O eixo *“Ceará a Serviço do Cidadão”* vem em terceira colocação, com uma representação média de 12,8% do total, com destaques para os gastos que deverão ser realizados em gestão pública e serviços ao Estado, no judiciário e no legislativo, que conjuntamente absorverão, em média, 85,6% do total do grupo.

Em quarto lugar aparece o eixo *“Ceará Integração”*, com uma fração média de 1,5% de todos os gastos. Os dispêndios com o desenvolvimento urbano deverão absorver, em média, 94,7% do total do grupo.

**Tabela 4 - Dispêndios Consolidados do PPA Segundo os Eixos de Articulação -
2004/2007 - Estado do Ceará**

Eixos de Articulação	Em R\$ milhões Correntes							
	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ceará Empreendedor	1.543,7	25,5	1.642,5	26,5	1.955,4	30,0	1.794,7	27,6
Ceará Vida Melhor	3.640,0	60,2	3.692,8	59,5	3.644,8	55,9	3.742,3	57,5
Ceará Integração	105,0	1,7	72,2	1,2	89,6	1,4	115,8	1,8
Ceará a Serviço do Cidadão	760,5	12,6	799,4	12,8	824,2	12,7	849,9	13,1
Total Geral	6.049,3	100,0	6.206,9	100,0	6.513,9	100,0	6.502,7	100,0

Fonte: SEPLAN/CPLOR

3.1.4. Dispendios por Macrorregião de Planejamento

Uma estratégia relevante que deve ser sublinhada no atual PPA é a sua proposta política de descentralização espacial da economia, ou reestruturação territorial. A propósito, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), formada por 13 municípios, ocupa apenas 3,42% da área total do Estado, abriga em torno de 42% da população cearense, concentra cerca de 62% do produto interno bruto (PIB), 69% do emprego e 90% da arrecadação de tributos. Essa macrocefalia representa uma grande preocupação para os gestores de políticas públicas, constituindo-se, assim, num grande desafio a ser enfrentado pelo Governo do Estado, nos próximos anos.

Esse fato reforça a opção estratégica do Governo Estadual em reverter o quadro de forte concentração espacial da riqueza e do mercado de trabalho, ao decidir que, em 2004, 52,5% dos seus investimentos deverão ser realizados no interior, ou, mais especificamente, fora da RMF. Essa destinação de recursos para o interior será intensificada nos anos seguintes, devendo atingir 64,3%, em 2007.

Assim, a participação dos investimentos programados para a RMF deverão cair de 40,3%, em 2004, e progressivamente serão diminuídos, até atingir 28,0%, em 2007. De forma contrária, terão suas participações elevadas as macrorregiões do Cariri/Centro Sul (de 8,9% para 12,0%), Litoral Oeste (de 7,9% para 11,7%), Sobral/Ibiapaba (de 7,0% para 9,5%), Sertão Central (de 5,1% para 9,2%), para citar as mais relevantes.

A Tabela 5, a seguir, apresenta a distribuição dos investimentos que serão realizados por macrorregião de planejamento, no período de execução do PPA.

Tabela 5 - Investimentos do PPA Segundo as Macrorregiões de Planejamento - 2004/2007
Programação Finalística Consolidada
Estado do Ceará

Em R\$ milhões Correntes

Macrorregiões	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região Metropolitana de Fortaleza	938,5	40,3	879,4	39,3	787,0	33,6	604,9	28,0
Litoral Oeste	182,8	7,9	182,8	8,2	239,2	10,2	252,2	11,7
Sobral/Ibiapaba	162,2	7,0	151,6	6,8	178,2	7,6	205,9	9,5
Sertão dos Inhamuns	93,5	4,0	75,1	3,4	114,6	4,9	120,3	5,6
Sertão Central	119,6	5,1	169,5	7,6	205,2	8,8	199,8	9,2
Baturité	74,7	3,2	73,1	3,3	103,0	4,4	100,8	4,7
Litoral Leste/Jaguaribe	379,4	16,3	313,8	14,0	210,9	9,0	236,5	10,9
Cariri/Centro Sul	206,7	8,9	190,3	8,5	234,8	10,0	259,9	12,0
Estado (não regionalizado)	171,7	7,4	204,6	9,1	271,7	11,6	180,8	8,4
Total Geral	2.329,1	100,0	2.240,1	100,0	2.344,6	100,0	2.161,3	100,0

Fonte: SEPLAN/CPLOR

3.2. Financiamento do Plano

Para o financiamento das despesas previstas na execução do PPA, os recursos oriundos do Tesouro Estadual deverão responder pela maior parcela, com uma média de 63,6%, no período de 2004 a 2007. Em seguida, aparecem as transferências federais, com uma média de 19,2%, as operações de crédito, com uma média de 9,7%, os recursos próprios da administração indireta, com média de 6,0%. Os valores em reais correntes de cada ano e as participações relativas, de cada poder, estão expressos na Tabela 6.

**Tabela 6 - Fontes de Recursos do PPA, no Período de 2004 a 2007
Estado do Ceará**

Fontes de Recursos	Em R\$ milhões correntes							
	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Tesouro Estadual	3.611,1	59,6	3.951,3	63,6	4.109,2	63,1	4.413,1	67,9
Transferências Federais	1.268,1	21,0	1.177,6	19,0	1.261,6	19,4	1.135,8	17,5
Recursos Próprios da Adm. Indireta	307,7	5,1	365,1	5,9	457,0	7,0	390,3	6,0
Operações de Crédito	754,2	12,5	587,1	9,5	599,6	9,2	489,8	7,5
Outros	108,2	1,8	125,8	2,0	86,5	1,3	73,7	1,1
Total Geral	6.049,3	100,0	6.206,9	100,0	6.513,9	100,0	6.502,7	100,0

Fonte: SEPLAN/CPLOR

Vale lembrar que não integram o Plano Plurianual as ações que não contribuam para o ciclo produtivo do Governo Estadual, nem tampouco para o alcance de seus objetivos. Dentre essas ações, destacam-se os gastos relativos à dívida, transferências constitucionais, ressarcimento, indenizações, sentenças judiciais e outras afins, que representam agregações neutras, valendo destacar que estas despesas integrarão orçamentos anuais.

Por outro lado, serão fortalecidas parcerias com o segundo setor (organizações empresariais) e o terceiro setor (organizações sem fins lucrativos) para implementação dos programas e projetos para o período em análise. Nesse particular, convém informar que estão sendo negociadas parcerias público privadas (PPP) da ordem de R\$1.262 milhões, em 2004, para implementação de investimentos em áreas de complementaridade e de interesse comum entre os setores governamental e iniciativa privada.

A importância das parcerias decorre do ambiente fiscal do Estado, no qual se observa a escassez de recursos públicos em contraposição à enorme demanda de novos investimentos e ações sociais necessários ao desenvolvimento econômico e social. Adicionalmente, observa-se o crescente interesse da sociedade cearense em participar, com o governo, da implementação de projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Dessa forma, parcerias público privadas são contratos entre o governo e entidades do setor privado com a finalidade de prover equipamentos e serviços de infra-estrutura e outros serviços públicos. Os acordos de parcerias mais bem-sucedidos aproveitam as qualidades de ambos os setores, público e privado, no estabelecimento de relações de complementaridade, caracterizados principalmente pela repartição dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos.

4. DESENVOLVIMENTO RECENTE DO CEARÁ

4.1. A População Cearense

A população do Ceará, em 2000, segundo o Censo do IBGE, totalizou 7.430 mil habitantes, representando cerca de 15,56% da população nordestina e 4,37% da brasileira.

No período 1991 a 2000, a população cearense cresceu a uma taxa média anual de 1,75%. Esse crescimento foi maior do que o da taxa brasileira (1,64%aa) e da nordestina (1,31%aa).

Percebe-se que no período 1991 a 2000, o processo brasileiro de urbanização, configurado pelo volume da população urbana em relação à população total, vem se acentuando. O Brasil atingiu, em 2000, 81,29% de sua população vivendo no meio urbano. No Nordeste, a população rural decresceu de 39,35% para 30,92%, devido ao êxodo para as cidades. Em 1991, 65,37% da população cearense era urbana, passando para 71,53%, em 2000.

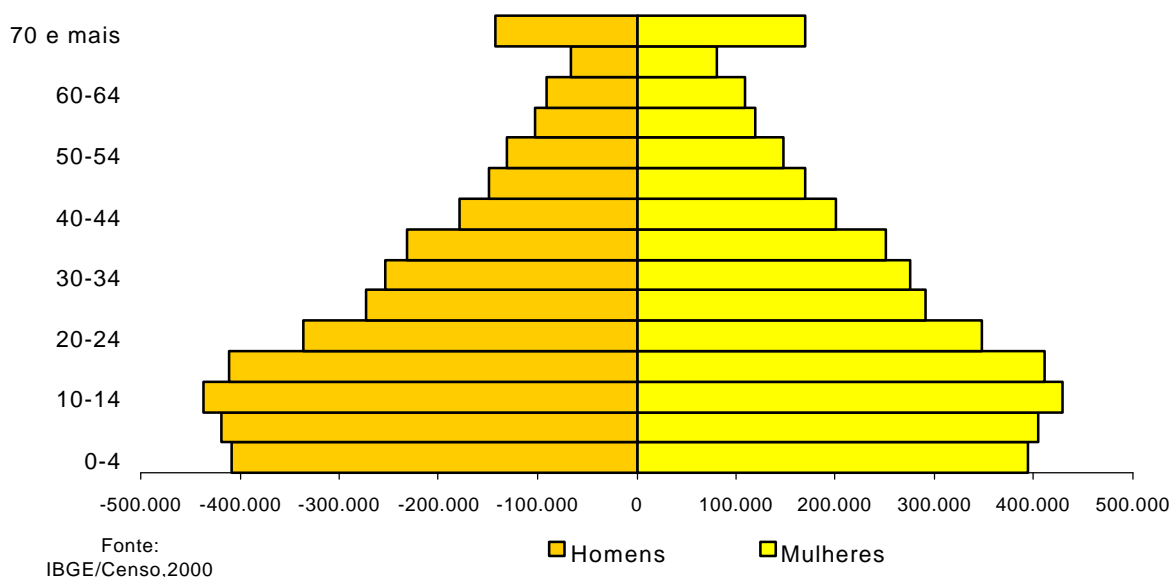
A população urbana da região metropolitana de Fortaleza acompanhou a tendência nacional, pois passou de 36,24%, em 1991, para 39,44%, em 2000. O Brasil também registrava, em 2000, 40,06% de população urbana em áreas metropolitanas, contra 29,11% em 1991. No Nordeste, as populações metropolitanas seguem a mesma trajetória, embora evoluam mais lentamente, passando de 18,07%, em 1991, para 26,07%, em 2000.

A expectativa de vida para os cearenses é de 66,4 anos. É uma posição favorável em termos de Nordeste, pois a média da região é menor, 65,8 anos, mas está aquém do padrão brasileiro, que é de 68,6 anos. Quanto ao gênero, pode-se dizer que os homens estão expostos a maiores riscos de vida do que as mulheres, e os dados indicam que a mulher cearense viveu 6,6 anos a mais do que o homem, em 2000.

O aumento da esperança de vida ao nascer do cearense decorre da melhoria dos serviços de saúde em geral, partindo dos programas de saúde infantil e continuando com os cuidados de saúde de adultos e de idosos.

O gráfico 1 e o quadro 1 resumem os principais indicadores demográficos do Ceará no período recente.

Gráfico 1 – População por Sexo, segundo os grupos de idade - Ceará – 2000



Quadro 1 - Componentes da população - Ceará, Nordeste e Brasil – 1991-2000

INDICADORES	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
População residente total			
1991	146.825.475	42.497.540	6.366.647
2000	169.799.170	47.741.711	7.430.661
Taxa de crescimento da população total			
1980-91	1,93	1,83	1,70
1991-2000	1,64	1,31	1,75
População urbana			
1991	110.990.990	25.776.279	4.162.007
2000	137.953.959	32.975.425	5.315.318
População rural			
1991	35.834.485	16.721.261	2.204.640
2000	31.845.211	14.766.286	2.115.343
Percentual da população residindo nas Áreas Metropolitanas			
1991	29,11	18,07	36,24
2000	40,06	26,07	40,17
Grau de urbanização			
1991	75,59	60,65	65,37
2000	81,24	69,07	71,53
Esperança de vida ao nascer			
1991	66,0	62,7	63,4
2000	68,6	65,8	66,4
Taxa Líquida de Migração (%a.a.)			
1986-91	...	-1,40	-0,39
1991-96	...	-0,38	-0,23

Fonte: IBGE/Censo 2000.

4.2. Qualidade de Vida da População

Um dos indicadores de qualidade de vida da população mais utilizados atualmente é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto mais próximo de 1 (um), melhor o IDH. Ele expressa sinteticamente as condições de vida da população, por meio de três indicadores básicos: a) a renda, medida pelo PIB *per capita*; b) o grau de conhecimento, expresso pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e a matrícula nos três níveis de ensino; e c) a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer, indicativo do usufruto dos benefícios do saber e dos recursos materiais, por anos de vida.

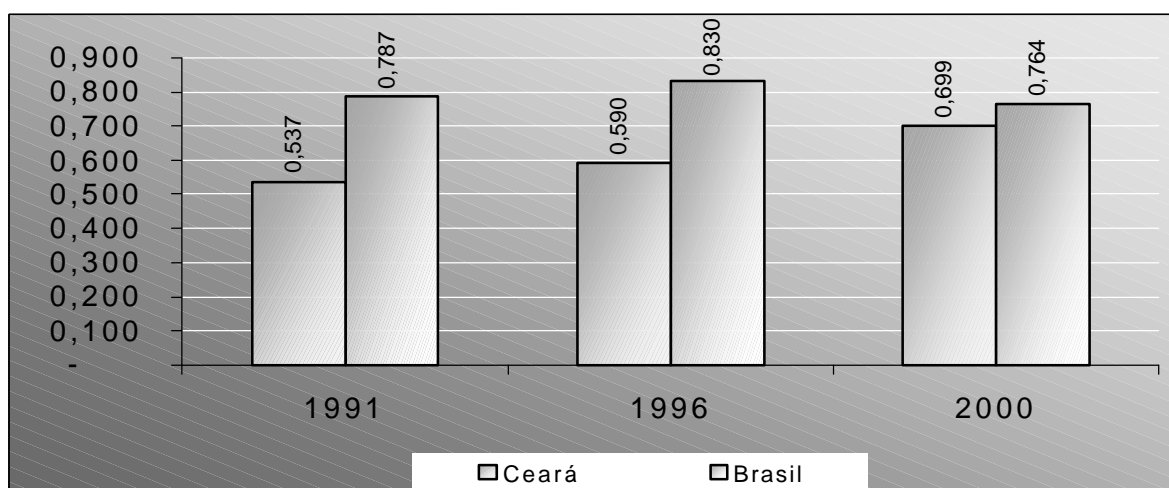
Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Brasil – Ceará – 1980/2000

Estado/País	1980	1991	1996	2000
Ceará	0,477	0,537	0,590	0,699
Brasil	0,734	0,787	0,830	0,764

Fonte: PNUD; IPEA; FJP e IBGE.

Entre os estados da federação brasileira, o Ceará foi o que obteve o maior ganho no Índice de Desenvolvimento Humano, passando do 23º, em 1991, para o 19º lugar, em 2000, registrando um índice de 0,699. Este resultado demonstra os avanços conseguidos na saúde e educação, com reflexos positivos na qualidade de vida da população. (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Brasil - Ceará – 1991/2000



Fonte: PNUD.

A melhoria dos indicadores socioeconômicos do Estado sugere que os serviços ofertados nas áreas de saúde e educação, além do emprego e renda, tiveram êxito na promoção de ganhos na qualidade de vida da população.

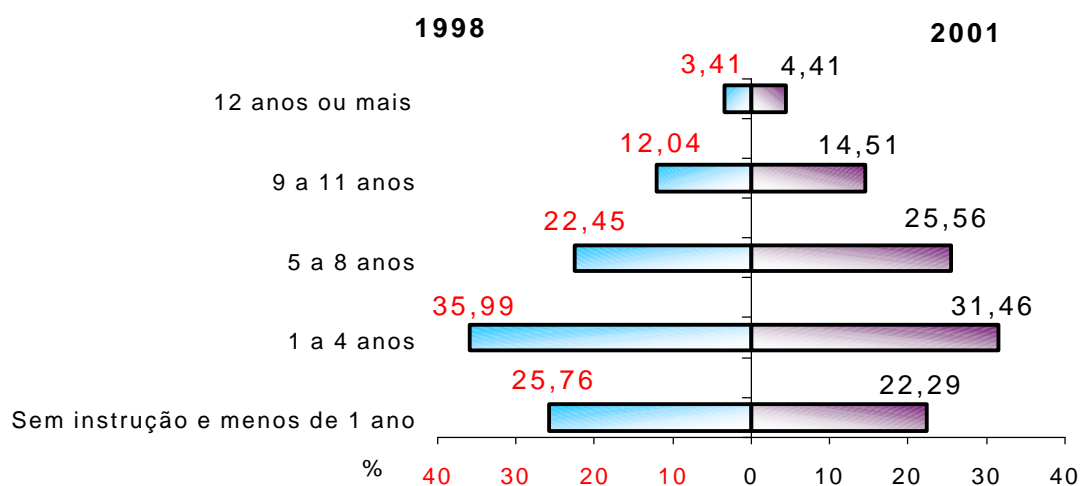
4.2.1. Educação

A melhoria significativa observada nos indicadores de desempenho (taxa de aprovação, taxa de abandono e taxa de repetência) do ensino fundamental e médio, no período de 1998 a 2001, ainda não é considerada suficiente para reverter o baixo nível

de instrução da população do Estado, permanecendo os índices aquém dos registrados nos principais estados da federação.

A pirâmide educacional do Ceará reflete o esforço desenvolvido pelo Estado, no direcionamento de sua política educacional com vistas à redução do analfabetismo, criando condições para que a população aumente o tempo de permanência na escola, conforme pode ser constatado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Pirâmide educacional para pessoas de 10 anos e mais de idade - Ceará – 1998/2001



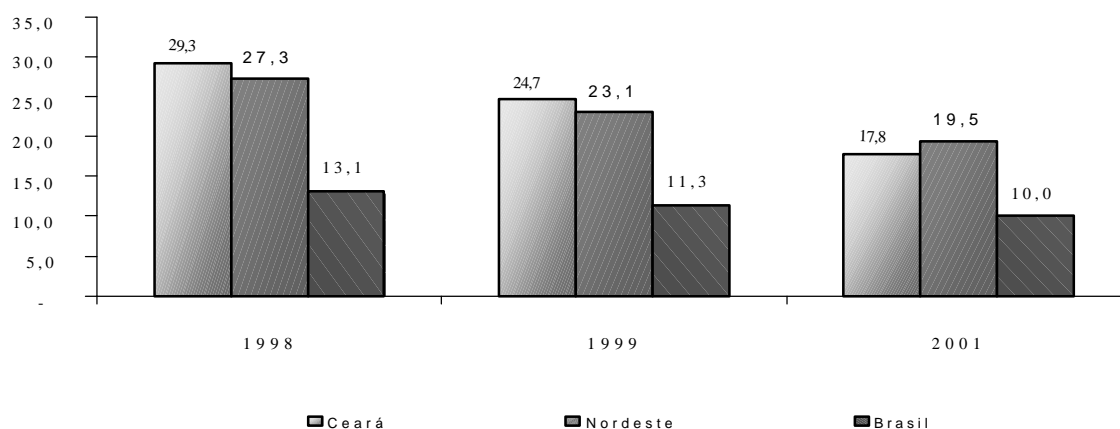
Fonte: PNAD/IBGE.

O segmento que inclui as pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo, caiu de 25,76% para 22,29%, no período de 1998/2001, tendo o de 12 anos e mais, por sua vez, aumentado de 3,41%, em 1998, para 4,41%, em 2001. No nível escolar de 1 a 4 anos de estudo, correspondente às séries iniciais do primeiro grau, a taxa passou de 35,99%, em 1998, para 31,46%, em 2001. Da mesma forma, a participação do grupo sem instrução e com menos de um ano de estudo caiu de 25,76%, em 1998, para 22,29%, em 2001. Esse movimento de redução dos grupos com menor grau de instrução e aumento dos estratos de maior tempo de estudo revela, de forma inequívoca, os avanços registrados na educação estadual.

A universalização da educação de primeiro grau e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis são considerados fatores imprescindíveis para o desenvolvimento estadual. A cobertura escolar para o ensino fundamental, em 2001, foi de 95,80%, superior à média regional, que foi de 95,20%, no mesmo período.

Com relação ao analfabetismo dos adultos, observou-se tendência também de queda, passando de 29,6%, em 1998, para 24,8%, em 2001. Apesar dessa tendência positiva, esse fenômeno ainda é um grande desafio para o Estado, principalmente no meio rural, onde, apesar da redução do analfabetismo, o índice ainda é bastante elevado, com reflexos negativos nos programas de modernização da agricultura. A taxa de analfabetismo de crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos, entre 1998 e 2001, caiu de 29,3% para 17,8%, respectivamente, no Ceará. (Gráfico 4)

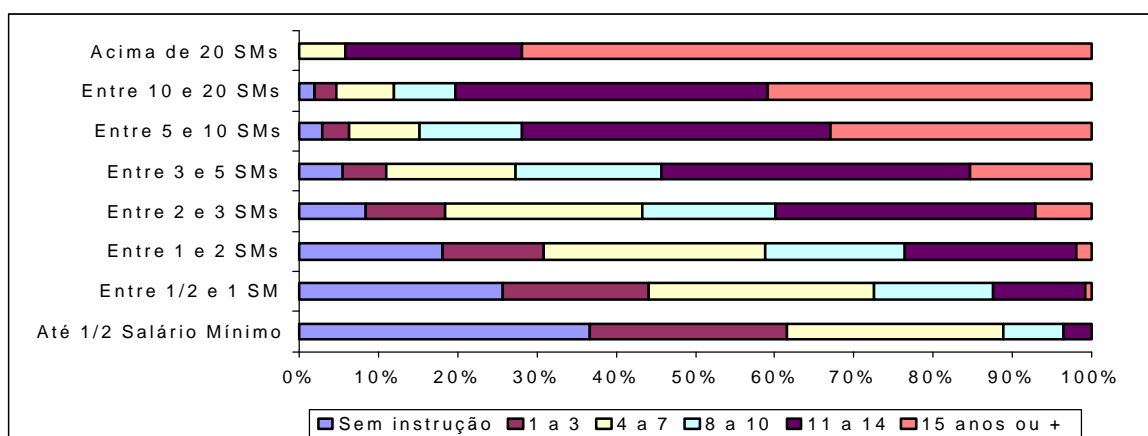
Gráfico 4 – Taxa de Analfabetismo, Segundo a Faixa Etária de 7 a 14 Anos – Ceará, Nordeste e Brasil – 1998-2001



Fonte: PNAD/IBGE.

Quando se relaciona o nível de escolaridade com o nível de renda da população, observa-se que aqueles que adquiriram um maior nível de estudo são aqueles que auferem um maior nível de renda, significando que o nível de renda tem uma relação direta com o nível de escolaridade. O inverso ocorre com os níveis de escolaridades mais baixos. Confirmando essa afirmativa, dados da PNAD/IBGE de 2001 indicam que a parcela da população ocupada que percebe até meio salário mínimo e entre meio e um salário mínimo está situada nas faixas dos sem instrução e de 1 a 3 anos de estudos (considerado analfabetismo funcional). Por outro lado, o segmento da população que se encontra na faixa acima de 20 salários mínimos de rendimento tem um percentual com nível de escolaridade maior (15 anos de estudos). (Gráfico 5)

Gráfico 5 - População de 10 anos de Idade, Ocupada no Período de Referência, Segundo Rendimento e Escolaridade - Ceará - 2001



Fonte: PNAD/IBGE

4.2.2. Saúde

O setor da saúde no Ceará está estruturado sobre as diretrizes organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na regionalização, em que as ações e serviços estão organizados em micro e macrorregiões, envolvendo as atenções primária, secundária e terciária.

As políticas públicas com as ações básicas de saúde, como a imunização, o aleitamento materno, o controle das doenças diarreicas e das infecções respiratórias agudas têm alcançado avanços significativos na redução da mortalidade infantil e no controle das doenças imunopreveníveis. O domínio sobre essas doenças contribuiu para erradicar a poliomielite e reduzir drasticamente a difteria, bem como a coqueluche, o tétano e o sarampo. Foi fundamental para isso a utilização do Programa Saúde da Família, que contou, em 2000, com 915 equipes de profissionais de saúde, cobrindo 180 municípios.

No campo da prevenção, os serviços públicos básicos (abastecimento d'água, coleta de lixo e iluminação elétrica) ofertados pela Região Metropolitana de Fortaleza no período 1998/2001 apresentaram crescimentos relevantes, merecendo maior destaque a energia elétrica, com uma taxa de cobertura de 98,55% sobre os domicílios. O abastecimento d'água passou a abranger 83,07% dos domicílios. A coleta de lixo, por sua vez, atingiu uma taxa de cobertura de 91,06%. (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes, segundo algumas Características – (RMF) – 1998/2001

Característica do domicílio	Distribuição dos domicílios particulares permanentes					
	1998		1999		2001	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	652.806	-	676.396	-	771.637	-
Com abastecimento de água adequado	526.058	80,58	566.549	83,76	640.994	83,07
Com coleta de lixo adequado	592.114	90,7	618.326	91,41	702.641	91,06
Com iluminação elétrica	640.423	98,1	668.859	98,89	760.483	98,55

Fonte: IBGE/PNAD

4.2.3. Trabalho e Renda

A população em idade ativa-PIA (acima de 10 anos) no Ceará passou de 5.243.327 pessoas, em 1997, para 5.934.807, em 2001, com predominância do gênero feminino e concentração no meio urbano. A população economicamente ativa-PEA (acima de 10 anos, ocupada ou desempregada procurando emprego), ao contrário, mostra nesses anos uma maior participação masculina. A taxa de atividade demonstra que o homem tem tido maiores oportunidades no mercado de trabalho do que a mulher. Em 1997, a PEA masculina estava 74,60% ativa, enquanto que a feminina apenas 48,86%. No ano 2001, esta taxa decresceu para os homens, mas manteve as mulheres em torno do mesmo percentual de 1997. Quanto à taxa de ocupação, houve uma redução no número de homens, passando de 70,61%, em 1997, para 68,17%, em 2001. Essa taxa para as mulheres, nos dois anos considerados, praticamente não se alterou, ficando em torno de 45%, configurando-se, relativamente, uma maior participação feminina nesse período.

Tabela 3 - Indicadores do mercado de trabalho - Ceará – 1997/2001

INDICADORES	1997			2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Condição da ocupação						
PIA	5.243.327	2.486.049	2.757.278	5.934.807	2.812.397	3.122.410
Urbana	3.565.230	1.627.289	1.937.941	4.472.577	2.082.990	2.389.587
Rural	1.678.097	858.760	819.337	1.462.230	729.407	732.823
PEA	3.201.735	1.854.571	1.347.164	3.579.523	2.044.261	1.535.262
Urbana	2.028.575	1.145.931	882.644	2.593.638	1.456.341	1.137.297
Rural	1.173.160	708.640	464.520	985.885	587.920	397.965
PNEA (*)	2.037.605	629.849	1.407.756	2.355.284	768.136	1.587.148
Urbana	1.533.174	479.729	1.053.445	1.878.939	626.649	1.252.290
Rural	504.431	150.120	354.311	476.345	141.487	334.858
PO (**)	3.005.209	1.755.344	1.249.865	3.325.994	1.917.346	1.408.648
Urbana	1.846.984	1.050.059	796.925	2.352.362	1.335.733	1.016.629
Rural	1.158.225	705.285	452.940	973.632	581.613	392.019
Pessoas desocupadas	196.526	99.227	97.299	253.529	126.915	126.614
Urbana	181.591	95.872	85.719	241.276	120.608	120.668
Rural	14.935	3.355	11.580	12.253	6.307	5.946
Taxas (%)						
Taxa de atividade	61,06	74,60	48,86	60,31	72,69	49,17
Taxa de ocupação	57,31	70,61	45,33	56,04	68,17	45,11
Taxa de desocupação	6,14	5,35	7,22	7,08	6,21	8,25
Ocupados/PEA	93,86	94,65	92,78	92,92	93,79	91,75

Fonte: IBGE/PNAD- 1997-2001; (1) Exclusive os sem declaração.

(*) Pessoas não economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas.

(**) Pessoas classificadas como ocupadas na semana de referência, que tinham trabalho durante todo ou parte desse período.

Inclui-se ainda, como ocupadas, as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greves, etc.

De acordo com a Tabela 4, no período 1997-2001, os indicadores de rendimento para o Ceará mostraram crescimento da proporção de todas as classes de remuneração até dois salários mínimos, ao mesmo tempo em que, para todas as classes acima desse limite, essa proporção de pessoas caía. Tanto o número de homens como o de mulheres diminuíram nas faixas de renda acima de dois salários mínimos.

Esse movimento sugere uma redução na renda média do trabalhador cearense no período considerado, reflexo das dificuldades enfrentadas em 2001. A propósito, vale recordar que no referido ano o PIB estadual registrou uma queda de 1,6%, influenciada pelas reduções verificadas na agropecuária (-16,9%) e na indústria (-6,9%). Além do mais, 2001 foi marcado por problemas locais (severa estiagem), nacionais (acionamento de energia elétrica, deterioração da taxa de câmbio e elevação dos juros internos) e internacionais (desaceleração da economia americana, atentados terroristas de 11 de setembro e crise da Argentina). Esses problemas acabaram também por refletir-se negativamente sobre o mercado de trabalho e sobre o nível médio de remuneração estadual.

Tabela 4 - Indicadores de rendimento - Ceará - 1997 - 2001

Indicadores	1997 (%)			2001 (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Classes de rendimento						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,65	42,35
Até 1/2 salário	16,76	8,26	8,50	21,03	10,41	10,63
Mais de 1/2 a 1 salário	21,66	12,88	8,78	24,14	14,50	9,64
Mais de 1 a 2 salários	17,48	11,94	5,54	19,54	13,05	6,49
Mais de 2 a 3 salários	7,73	5,59	2,14	5,94	4,17	1,77
Mais de 3 a 5 salários	6,65	4,65	2,00	4,57	3,22	1,35
Mais de 5 a 10 salários	4,01	2,83	1,18	2,94	1,94	1,00
Mais de 10 a 20 salários	1,85	1,21	0,64	1,51	1,11	0,41
Mais de 20 salários	0,90	0,71	0,19	0,59	0,46	0,14
Sem rendimento	22,54	10,02	12,51	18,70	7,94	10,76
Sem declaração	0,42	0,31	0,11	1,03	0,85	0,18

Fonte: IBGE/PNAD- 1997-2001; (1)Exclusive os sem declaração.

Com relação à posição na ocupação no trabalho principal, observou-se que, de 1997 para 2001, houve um discreto aumento dos empregadores homens (Tabela 5), e uma redução no número de mulheres. O emprego doméstico cresceu para as mulheres, e continua sendo predominantemente um espaço de trabalho feminino. A ocupação por conta própria tem sido uma alternativa para o sexo masculino. O setor agrícola reduziu sua posição de absorvedor de mão-de-obra para o setor de serviços, no período de 1997 a 2001, tornando-se esse o ramo de atividade mais expressivo em termos de pessoas ocupadas. A indústria ampliou significativamente o número de trabalhadores entre 1997- 2001, de 15,24% para 18,34%. (Tabela 5).

Tabela 5 - Indicadores de ocupação e atividade - ceará - 1997 - 2001

Indicadores	1997 (%)			2001 (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Posição na ocupação no trabalho principal (1)						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,64	42,36
Empregados	38,31	24,81	13,50	42,73	28,02	14,71
Trabalhadores domésticos	6,67	0,70	5,97	7,35	0,71	6,64
Conta própria	29,43	20,28	9,14	28,95	18,93	10,02
Empregadores	3,12	2,48	0,64	3,07	2,50	0,57
Não remunerados	13,18	8,58	4,60	10,91	5,74	5,17
Trabalho para uso e consumo próprio	9,30	1,56	7,74	6,99	1,74	5,25
Ramos de atividade						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,65	42,35
Agrícola	36,83	25,68	11,15	30,22	21,09	9,13
Indústria	15,24	11,12	4,12	18,34	12,25	6,09
Comércio	14,38	8,67	5,71	14,62	8,62	6,00
Serviços	32,40	12,15	20,25	35,70	14,83	20,87
Outros	1,15	0,79	0,36	1,11	0,85	0,26

Fonte: IBGE/PNAD- 1997-2001; (1)Exclusive os sem declaração.

4.3. Evolução do Perfil Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador importante para se mensurar e compreender o crescimento econômico de um país ou região, pois sintetiza a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um território, geralmente num período de um ano. Inicialmente, seria oportuna uma comparação do PIB do Ceará com os PIB's do Brasil e do Nordeste.

Essa comparação pode ser feita a partir do desdobramento do período 1985-2002, em dois subperíodos, 1985-2000 e 2001-2002, tendo em vista que as informações mais completas, disponíveis para as três instâncias (Ceará, Nordeste e Brasil), referem-se ao período 1985-2000. No período seguinte, 2001-2002, as informações encontram-se em versão preliminar e destacam apenas o Ceará e o Brasil.

Ao longo da série 1985-2000, o PIB do Ceará vem crescendo acima da média nacional e regional. Nesse período, a economia cearense acumulou uma taxa positiva de 68,42%, o Nordeste, 46,61%, e o Brasil, 46,52%. Quanto ao crescimento médio anual, o Ceará alcançou a marca de 3,54%, o Brasil, 2,58%, e o Nordeste, 2,58% também (Gráfico 6 e tabela 6)

Em 2002, o PIB estadual a preço de mercado, ou seja, computados os impostos e os subsídios, alcançou R\$ 24,8 bilhões, representando um crescimento real de 1,91% sobre o ano anterior. O produto médio por habitante, no Ceará, atingiu R\$ 3.246, correspondendo a 42,90% da média brasileira.

Tabela 6 – Índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará, Nordeste e Brasil - 1985-2002

ANO	Ceará	Nordeste	Brasil	CE/NE	CE/BR
1985	100,00	100,00	100,00	12,21	1,72
1990	120,71	113,79	111,01	12,59	1,62
1995	144,78	127,16	127,36	15,13	1,93
2000	168,42	146,61	146,52	14,43	1,89
2001	165,74	...	148,57	...	1,86
2002	168,91	...	150,80	...	1,88
Tx. Média de Cresc.(%) 1985/2000	3,54	2,58	2,58	-	-

Fontes: IBGE e IPECE.

Ao longo do período de 1985 a 2001, a estrutura da economia cearense sofreu uma relativa transformação. A principal constatação foi a perda de posição do setor agropecuário, tanto no que diz respeito à sua contribuição para a formação de riqueza estadual (PIB), como nos empregos gerados. De principal empregador, em 1985, com 46,0%, o setor primário passou para 30,8%, em 2001. No mesmo período, sua contribuição para o PIB caiu de 15,3%, para 5,2%, ver Tabela 7.

Houve também uma alteração significativa na participação do setor de serviços, que detinha 50,7% do produto, em 1985, passando para 57,8%, em 2001, ocorrendo uma alteração mais acentuada no mercado de trabalho, quando o setor respondia por 37,6% dos empregos, em 1985, evoluindo para 51,0%, em 2001.

O setor industrial também apresentou alterações, embora menores do que os outros dois setores, no que diz respeito à estrutura da produção e do emprego.

Convém esclarecer, a propósito, que a atual estrutura setorial da economia cearense é muito semelhante à estrutura da economia brasileira. Isto reflete a capacidade de adaptação e modernização da economia cearense, bem como dos efeitos da globalização.

Tabela 7 - Estrutura Setorial do Produto e do Emprego - CEARÁ - 1985, 1995 e 2001

Anos	Em %			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
a) PIB				
1985	15,3	34,0	50,7	100,0
1995	9,7	34,5	55,8	100,0
2001	5,2	37,0	57,8	100,0
b) Emprego				
1985	46,0	16,4	37,6	100,0
1995	39,1	15,5	45,4	100,0
2001	30,8	18,2	51,0	100,0

Fontes: IBGE/PNAD e IPECE

A evolução favorável da economia cearense, no médio prazo, foi determinada, em grande medida, pela grande expansão ocorrida nos investimentos realizados. De 1985 a 2000, a formação bruta de capital fixo do Estado experimentou um crescimento de acumulado de 127,98%, correspondendo a uma taxa geométrica anual da ordem de 5,65%. Um outro indicador de desempenho é a proporção que o investimento representa em relação ao PIB estadual. Assim, em 1985, essa relação era de 17,74%, evoluindo para 24,02%, em 2000.

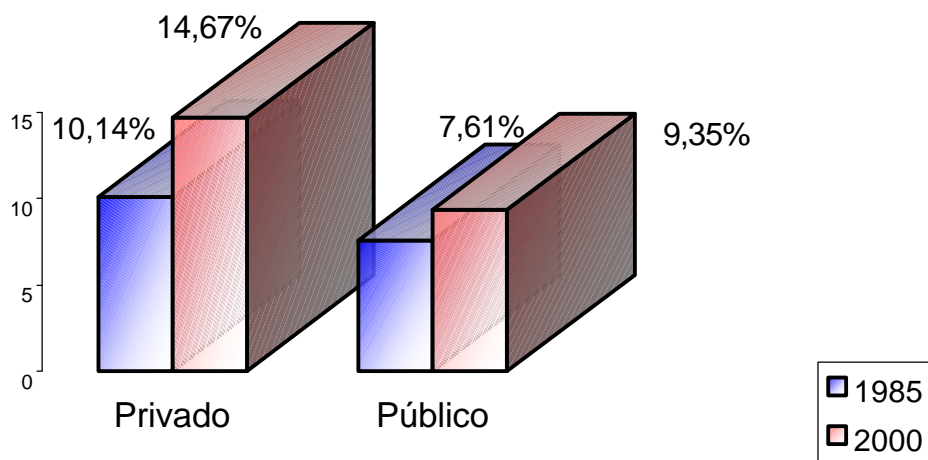
As estimativas revelam, ainda, um avanço dos investimentos privados em relação ao público, conforme pode ser visto na Tabela 7 e Gráfico 7. O resultado reflete, ainda, a mudança das fontes de financiamento e do paradigma de crescimento econômico, baseado anteriormente numa forte intervenção do Governo, o qual, progressivamente, teve seu papel reduzido em anos recentes. Ao longo do período 1985/2000, os investimentos realizados pelo setor público apresentaram um crescimento acumulado de 106,92%, enquanto os do setor privado expandiram-se em 143,79%. Esta mudança no desempenho do investimento privado reflete também os resultados da política de atração de empreendimentos, especialmente industriais, praticada nos últimos anos pelo Governo Estadual.

Tabela 7 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) - Ceará – 1985 - 2000

Anos	FBKF/PIB, em %			Nº Índice da FBKF (1985 = 100)		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
1985	7,61	10,14	17,74	100,00	100,00	100,00
1990	16,35	11,88	28,23	259,48	141,44	192,05
1995	5,76	10,50	16,26	109,57	149,95	132,64
2000	9,35	14,67	24,02	206,92	243,79	227,98

Fonte: IPECE – “Estimativa do PIB do Ceará sob a Ótica da Demanda Final – 1985/2000”

Gráfico 7 – Participação (%) dos investimentos público e privado no PIB – Ceará – 1985-2000



Fonte: IPECE.

Vale salientar que a economia do Ceará, no período 1985-2002, foi basicamente sustentada pela indústria e pelos serviços, que cresceram, em média, respectivamente, 4,06% e 2,98% ao ano, em detrimento do desempenho da agropecuária, que registrou uma taxa negativa de 0,55%.

Com relação à indústria, destacaram-se a de transformação e da construção civil, que respondiam, em 2000, por 17,3% e 16,67% do PIB Estadual. A indústria de transformação acumulou, no período 1985-2002, uma expansão de 73,15%, correspondendo a uma taxa média de 3,28% ao ano. Esse desempenho deveu-se, em grande medida, à expansão do parque industrial cearense, resultante dos esforços do Governo estadual na atração de novos investimentos.

Por sua vez, a construção civil registrou um crescimento acumulado de 224,05% (1985-2002), com uma taxa média de 7,16% ao ano. Apesar desse desempenho, o segmento vem, desde 1994, mostrando sinais de desaquecimento. Esse comportamento deve-se, em parte, à desaceleração da construção de grandes obras públicas, associada à elevação das taxas de juros, à redução da renda média dos assalariados e à menor disponibilidade de recursos para financiar a aquisição de imóveis pela população.

Os serviços acumularam uma taxa de 64,80%, no período de 1985 a 2002, gerando uma média anual de 2,98%. O segmento ampliou sua participação no PIB Estadual, de 50,67%, em 1985, para 55,86%, em 2000. Os serviços tiveram seu desempenho influenciado pelo dinamismo do comércio, comunicação, turismo, transportes e atividades imobiliárias e aluguéis.

Quanto à agropecuária, que detém cerca de 30% da PEA (População Economicamente Ativa) ocupada, sua participação no PIB estadual caiu de 15,32%, em 1985, para 6,08%, em 2000. No entanto, nos últimos anos, esse quadro vem sendo amenizado pela maturação dos investimentos em infra-estrutura de ofertas hídricas, com a incorporação de novas tecnologias em cultivos tradicionais, e com a ampliação da agricultura irrigada de elevado valor agregado.

A economia do Ceará, em 2001, não conseguiu repetir o desempenho que vinha apresentando em anos recentes e sofreu uma redução na taxa de variação do PIB de 1,59%. Esse resultado reflete os declínios verificados na agropecuária (-16,87%) e na indústria (-6,93%). A queda dos indicadores econômicos, em 2001, só não foi mais acentuada graças ao desempenho do setor serviços, que cresceu 2,13%.

Em 2002, a economia cearense apresentou uma ligeira recuperação, acusando um crescimento de 1,91% sobre o ano anterior. Esta expansão foi comandada pelo bom desempenho da agropecuária, que registrou um aumento de 25,69%, em decorrência da quadra invernal regular que provocou um elevado incremento das lavouras e um aumento de sua produtividade, bem como pelo setor de serviços, com uma taxa positiva de 1,79%. A indústria, por seu turno, continuou enfrentando dificuldades pelo segundo ano consecutivo e impediu a obtenção de um melhor desempenho da economia cearense. De acordo com estimativas, calcula-se que a indústria cearense tenha apresentado uma leve redução (0,63%) em 2002, resultado que se deveu exclusivamente à forte retração observada no primeiro trimestre do ano passado (- 5,60%).

4.4. Comércio Nacional e Internacional

O Ceará tem sua economia mais voltada para o mercado interno nacional, o que representa cerca de 89%, enquanto os 11% restantes correspondem ao comércio externo. Essas características do Estado refletem a forma como o governo federal tem conduzido sua política econômica, que, na prática, incentivou o desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, e especializou as regiões mais fragilizadas como fornecedoras internas de insumos para garantir a industrialização naquelas regiões.

A inserção do Ceará no comércio internacional, no início dos anos noventa, provocou um aumento significativo no grau de abertura comercial (exportações + importações/PIB) passando de 8,57%, em 1985, para 14,42%, em 2002. Tal evolução é resultado de uma ativa política de atração de investimentos, que acelerou a industrialização e diversificou a pauta de exportação.

As exportações cearenses para o resto do mundo cresceram 132,64%, no período 1990-2002, alcançando um total de US\$ 543,90 milhões no último ano da série. Em consequência desses resultados, o Ceará passou a ocupar a terceira colocação entre os estados nordestinos exportadores e a décima quarta posição entre os 27 estados brasileiros.

Vale ressaltar que a composição das exportações cearenses está passando por um processo de redefinição, salientando-se a redução do peso de produtos primários ou básicos no valor total exportado, e uma ampliação da participação de produtos industrializados (semi-manufaturados e manufaturados) ou seja, aqueles com maior valor agregado. Nesse contexto, a partir de 2001, as exportações de calçados superaram às de amêndoa de castanha de caju, que há mais de dez anos lideravam a pauta das exportações estaduais, passando o Ceará a constituir-se no terceiro pólo calçadista do País e no primeiro da região Nordeste.

No que se refere aos mercados de destino, um caso emblemático é a crise argentina que mostra os riscos de se apoiar em poucos mercados. O quadro do comércio exterior atual revela que ainda existe uma significativa dependência do Ceará

em relação ao mercado norte-americano, pois os Estados Unidos, em anos consecutivos, absorve cerca de 47% do total das exportações cearenses.

As importações cearenses, em 2002, por seu turno, alcançaram um valor de US\$ 631,20 milhões ou 1,24% a mais que 2001. O inusitado de 2002 diz respeito às importações de geradores de energia elétrica, devido à crise energética do país, chegando a superar o valor das importações de petróleo e seus derivados, cujo volume importado caiu 36,10%. Esses eventos foram responsáveis por um déficit na balança comercial de US\$ 87,30 milhões, porém menor que a registrada em 2001, de US\$ 96,44 milhões.

5. EIXOS DE ARTICULAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE GOVERNO

5.1. EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

O alcance do objetivo síntese do Plano Governo: Ceará Cidadania, Crescimento com Inclusão Social será viabilizado com a implementação de programas e projetos que tenham foco no cearense como beneficiário principal de suas ações, que esteja alicerçado em uma economia competitiva e solidária, e tenha como ponto de referência a redução das disparidades interpessoais de renda e desconcentração regional das oportunidades econômicas.

O foco na competitividade, por sua vez, exigirá o engajamento do Governo e dos agentes produtivos dos diferentes setores da economia para criar e tornar consistente, no Estado do Ceará, um ambiente propício à inovação. Esse ambiente deverá consolidar a base de geração de conhecimento, a capacidade de ensino e pesquisa, os recursos humanos preparados, a tecnologia industrial básica, a política de qualidade, as cadeias produtivas, o apoio a patentes e à boa gestão, que serão associados a uma política de desenvolvimento que contemple o empreendedorismo, a inclusão social, uma legislação tributária facilitadora, uma política de incentivos e uma boa oferta de instrumentos de planejamento e informação.

Tudo isso será complementado pelo estabelecimento de um processo permanente de busca de maior e melhor atendimento ao mercado local e externo, resultando no crescimento das vendas dos produtos cearenses no Estado, no País e no resto do mundo. Sem perder de vista que os benefícios de tal processo devem ser compartilhados com toda a sociedade.

A consecução desse eixo estará condicionada a uma ação integrada para atrair novas unidades produtivas e modernizar as existentes, principalmente nos setores considerados estratégicos para uma ação desenvolvimentista. Tal ação deverá ter como principal orientação a melhoria na qualidade do capital humano estadual, além da ampliação do capital físico e social, da infra-estrutura e do sistema estadual de pesquisa e desenvolvimento.

A política estratégica de Turismo será orientada para o aumento da competitividade do setor, a partir do fortalecimento da imagem do Estado na consolidação e requalificação de destinos, na diversificação de produtos, na promoção, na ampliação da infra-estrutura básica e de apoio de turismo, inclusive com a viabilização de um Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, e na captação de investimentos turísticos privados nacionais e estrangeiros.

A modernização e o desenvolvimento das atividades agrícolas propiciará o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural, integrando o fortalecimento das atividades tradicionais com a introdução de novas atividades dinâmicas e a consolidação dos agropolos, como unidades territoriais de planejamento e intervenção governamental.

O incentivo à indústria e o comércio de produtos de consumo popular será realizado através da promoção de pequenos negócios voltados para a produção de consumo popular e por meio de uma política capaz de oferecer novas oportunidades

de rendimentos à crescente força de mão-de-obra não inserida no mercado formal de trabalho no Estado do Ceará.

A infra-estrutura física terá a sua continuidade garantida por meio da implementação de um Plano Estratégico de Logística de Transporte, englobando os diversos modais existentes (rodoviário, ferroviário e aeroviário), de uma maior interação regional e nacional em relação à utilização de rodovias federais, da diversificação das fontes energéticas do Estado, da complementação da infra-estrutura hídrica e do avanço nas áreas da habitação e de políticas urbanas.

O caminho para elevar o volume da produção, melhorar a produtividade dos setores produtivos, dinamizar a comercialização e a qualidade dos produtos cearenses, ampliar o potencial para exportar e gerar mais emprego e renda serão viabilizados através dos seguintes objetivos estratégicos:

- **Estimular a indústria exportadora**
- **Preparar o ceará como destino preferencial do turismo**
- **Promover o desenvolvimento do meio rural**
- **Incentivar a indústria e o comércio de produtos de consumo popular.**
- **Estimular a capacidade de inovação das empresas**
- **Fortalecer a infra-estrutura estratégica**
- **Apoiar o desenvolvimento da atividade mineira em bases competitivas.**

5.2. EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

O eixo Ceará Vida Melhor representa mais do que uma simples escolha de Governo para orientar sua ação estratégica. Representa o desafio para a redução das desigualdades sociais, com prioridade para promoção da inclusão social, visto que o fim último e essencial do desenvolvimento sustentável é a garantia de vida com qualidade para todos.

O Ceará, dentre os estados brasileiros, foi o que mais obteve sucesso na conquista de melhores resultados quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, calculado pelo PNUD e IPEA, entre os anos de 1991 e 2000, passando da 23ª posição para 19ª posição no ranking nacional.

Contudo grandes desafios se afiguram ainda. Governo e sociedade deverão ainda fazer um amplo esforço de mobilização para redução das desigualdades sociais, caracterizada como um ciclo vicioso de condição e consequência e marcada por uma estrutura desigual de educação, de trabalho, de poder, de cultura e da vulnerabilidade que afeta o Estado.

A pobreza ainda tem forte componente regional, muitos municípios ainda se encontram sujeitos à estagnação econômica, isolados, com carências de infra-estruturas e precário acesso a bens e serviços públicos, gerando-se estímulo à emigração para Fortaleza e RMF.

É imperativo para o atual Governo a ampliação de recursos financeiros e humanos para programas de redução das desigualdades sociais evitando superposições e maximizando programas e ações convergentes de políticas públicas.

O novo modelo de desenvolvimento adotado para o próximo quadriênio advoga o fortalecimento do empreendedorismo na economia cearense, com tratamento particularizado para micro e pequenos produtores, empresários rurais e urbanos, como um suporte para o enfrentamento das desigualdades sociais que tem forte viés econômico. É mister portanto maior geração de emprego e renda, além da busca constante pela valorização do capital humano e das conquistas no campo social.

Ceará Vida Melhor significa a melhoria de indicadores sociais que nos faça sair de patamares inaceitáveis para posições mais confortáveis dentro dos padrões de justiça social.

A proposta para o quadriênio é alavancar um conjunto de programas e ações que busque a elevação do padrão dos serviços sociais básicos, como saúde, formação educacional e profissional, assistência social, segurança e justiça, cultura, lazer, desporto e juventude, habitação, saneamento e meio ambiente como pressupostos básicos para o ser humano.

Na saúde, a estratégia será a expansão e melhoria do atendimento por meio de um sistema integrado, tendo como base uma atenção primária universal, determinando a organização dos níveis de atenção secundária e terciária dentro de um padrão resolutivo e humanizado.

As metas estruturantes em saúde são: reduzir a mortalidade infantil e materna, reduzir incidência de casos de AVC, reduzir óbitos por doenças cardiovasculares,

causas externas e câncer, eliminar as doenças infecciosas passíveis de erradicação como tétano neonatal e raiva humana, controlar a hanseníase, controlar as doenças transmissíveis de interesse para a saúde: dengue, AIDS, tuberculose e doenças diarreicas, e reduzir o índice de dentes obturados, perdidos e cariados.

Nas área de educação, o Estado investirá no fortalecimento de políticas de melhoria da qualidade do ensino e da gestão da escola pública cearense. Para isso, a rede pública de ensino estará voltada para um sistema de desenvolvimento que possibilite o acesso com equidade, a permanência na escola e sucesso na aprendizagem.

A qualificação profissional pautar-se-á pela promoção de uma ampla integração da políticas de capacitação e formação profissional com outras políticas, especialmente as de educação, geração de emprego e renda, desenvolvimento local e regional e ciência e tecnologia. Neste sentido, o Plano de Educação Profissional do Ceará orientará a proposta de educação profissional, objetivando a preparação da população para o mercado de trabalho, atentando para a dinâmica das transformações laborais e garantindo a integração entre a demanda de mão-de-obra qualificada e a oferta de treinamento.

A Assistência Social tratada como política pública pelo Governo do Estado objetivará que tenham acesso a bens e serviços e riquezas societárias os grupos vulnerabilizados e excluídos pela condição de pobreza e de risco social, dentre eles crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiências ou de necessidades especiais, famílias em condição de extrema pobreza, idosos e desempregados, dentre outros.

O Plano Estadual de Segurança Pública permitirá a realização de um conjunto articulado de ações preventivas e defensivas contra violência. As linhas de ação estarão direcionadas à ampliação e à melhoria da infra-estrutura da segurança pública; à promoção de operações integradas de saturação intensiva em áreas com índice de criminalidade elevada; ao fortalecimento da interação com a comunidade; à capacitação do corpo policial de segurança pública; à prevenção e combate a incêndio e salvamento; ao socorro de urgência, dentre outros.

A Rede Estadual de Acesso à Justiça e Cidadania permitirá a estruturação de canais de acesso do cidadão aos âmbitos administrativo e judicial para processamento de suas necessidades, de modo mais célere e de forma a evitar duplicidade na execução de rotinas e serviços.

A assistência jurídica, como concretização do preceito constitucional de acesso à Justiça, será assegurada aos mais pobres por meio da Defensoria Pública, que será importante instrumento para o exercício da cidadania, de modo a assegurar direitos individuais e coletivos da sociedade.

Quanto ao Sistema Penitenciário, o Governo do Estado orientará um conjunto de ações que visem, essencialmente, a formação educacional, cultural e profissionalizante de presos e egressos; a construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações prisionais; e a formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores da Justiça.

A participação estatal, na área da Justiça, dar-se-á ainda pela promoção de ações educativas de prevenção à violência e de combate à impunidade. As principais linhas de ação, com enfoque na cidadania, são o fortalecimento da participação dos Conselhos, a proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, e proteção e defesa de direitos, instrumentalizada pelo papel das Casas de Mediação.

No Setor Cultural, o Governo do Estado tratará a Cultura como matéria transversal a todos os eixos, pelo aporte de contribuição que é capaz de agregar quanto à inclusão social, ao desenvolvimento local e regional, quanto ao empreendedorismo e quanto à promoção da auto-estima e valorização da identidade do povo cearense.

Assim, o Governo do Estado ordenou um conjunto de linhas de ações que se fundamentam na municipalização e regionalização da cultura; na garantia do acesso a bens e serviços culturais; na promoção da cearensidade: de memória, preservação e inovação cultural.

Uma das prioridades de Governo será o tratamento acentuado nas questões da juventude cearense.

Ciente das vulnerabilidades quanto à população jovem no que tange às poucas oportunidades que lhe são ofertadas, o Governo do Estado desencadeará um conjunto de políticas públicas que priorize a atuação do jovem na sociedade, estimulando-o ao protagonismo e visando minimizar as conseqüências daquelas poucas oportunidades, que se traduzem em inacessibilidade ao primeiro emprego, à formação escolar e profissional; em violência, em drogas, em gravidez precoce, em prostituição e em outros fatores de risco.

A prática de esportes e lazer será potencializada pelo desenvolvimento de programas que viabilizem a inclusão social atendendo a todas as faixas etárias da população; a exploração do potencial turístico do Ceará por meio de esportes de aventura, natureza e motor; a prática desportiva escolar, na perspectiva de gerar novos talentos; a implantação de equipamentos esportivos; à criação e revitalização de espaços de lazer e de instâncias de interlocução com a sociedade voltadas para o esporte.

No que tange ao saneamento, uma das grandes metas governamentais será a busca da universalização dos serviços de abastecimento de água e a elevação do índice de atendimento com esgotamento sanitário, com prioridade para os municípios mais carentes e para os de interesse turístico.

O Governo do Estado continuará promovendo ações que visem à proteção dos ecossistemas do Estado e ações de controle e monitoramento dos recursos naturais.

Neste respeito, dará especial tratamento à questão dos resíduos sólidos que trazem sérias implicações ao meio ambiente, refletidas na degradação do solo, no comprometimento dos mananciais, na poluição do ar e na saúde pública.

No tratamento dos resíduos sólidos, o planejamento se dará de modo integrado quanto às intervenções, com ênfase na formação de parcerias entre municípios; será dado incentivo às boas práticas de gestão; serão selecionadas áreas de disposição dos resíduos; será executado programa de educação ambiental e mobilização social

contínuo e implantada coleta seletiva voltada para a reciclagem e o aproveitamento industrial.

A política ambiental do Estado orientar-se-á por ações que propugnem pela conciliação das questões econômicas, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável do Estado; pela implementação de sistemas integrados de manejo dos recursos naturais; pela implantação de mecanismos de inclusão das administrações municipais e comunidades locais na promoção e defesa do meio ambiente por uma rede de educação e informações ambientais; e pela promoção de eventos educativos e formação de agentes multiplicadores em educação ambiental.

No que concerne à política habitacional do Estado, o Governo ampliará a oferta de unidades habitacionais, priorizando a ocupação de vazios urbanos dotados infraestrutura e próximos às centralidades urbanas.

O Plano Diretor de Habitação - PDH dimensionará os déficits habitacionais quantitativos e qualitativos do Estado, tendo como base o ano de 2000. As ações serão desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa nas três esferas governamentais, envolvendo iniciativa privada, comunidade e organizações não governamentais, sempre em parceria e em busca da autogestão municipal.

Encontram-se nesse Eixo, como componentes do Plano de Governo 2003-2006 os seguintes objetivos estratégicos:

- **Elevar a Qualidade da Educação e o Perfil Educacional da População**
- **Prestar Assistência Integral, Contínua e Personalizada, Centrada na Vigilância à Saúde**
- **Promover a Capacitação e a Qualificação Profissional da População**
- **Assegurar Direitos de Proteção ao Cidadão**
- **Assegurar Direitos de Defesa e Acesso à Justiça**
- **Melhoria da Segurança Pública**
- **Melhoria do Sistema Penitenciário**
- **Promoção de Ações Educativas e de Prevenção à Violência**
- **Identificar, Preservar, Renovar e Fomentar a Cultura, na Perspectiva da Inclusão Social e da Cidadania Cultural**
- **Promover e Incentivar o Lazer e o Desporto com Prioridade para a Juventude**
- **Ampliar e Melhorar a Oferta da Infra-estrutura Social**
- **Promover o Tratamento Adequado dos Resíduos Sólidos**
- **Proteger o Meio Ambiente**
- **Aumentar a Oferta de Unidades Habitacionais**

5.3. EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

O Eixo Ceará Integração objetivará a promoção do desenvolvimento local e regional, apoiar-se-á no alinhamento estratégico das políticas públicas e na integração de programas, alicerçando-se na força da articulação, participação e controle social da sociedade.

A promoção do desenvolvimento local e regional retoma o enfoque territorial como resposta aos desafios do processo de globalização e à integração econômica dos mercados, e se constituirá numa alternativa de desenvolvimento inserida no objetivo de governo de dinamizar a economia do Ceará, desconcentrando o processo de urbanização, minimizando as disparidades entre as áreas metropolitana e não-metropolitana, e privilegiando a criação de oportunidades de trabalho e renda de forma mais equilibrada, para um maior contingente populacional do Estado. Atende ao fim último de reduzir as desigualdades regionais e a pobreza no Estado.

Sua implementação se efetivará com a adoção de ações estratégicas baseadas em princípios que envolvem a autonomia local, a coordenação e cooperação no âmbito regional e a busca da equidade. Para tanto, foram definidas estratégias em três níveis para orientar a ação do governo.

As opções estratégicas no nível micro (município) estarão orientadas para o estímulo à autonomia local, com base nos determinantes internos, ou seja, nas vocações edafoclimáticas, nas potencialidades econômicas competitivas, na organização institucional e na sociedade civil, dentre outros. O município, como instância micro da unidade espacial, contará com o apoio do governo para aprofundar o conhecimento das potencialidades e identidade local que resultem em manifestações regionais.

No nível meso (regional), serão estabelecidos mecanismos institucionais de coordenação, indutores para integração e convergência das ações, motivando os municípios na defesa e engajamento de projetos de interesse comum para a região, em consonância com a diretriz governamental. Essa estratégia induzirá ao princípio da socialização do esforço governamental, aglutinando os interesses coletivos, estimulando a cooperação, e contribuindo para otimizar a aplicação dos recursos financeiros no Estado.

Por sua vez, a estratégia de integração no nível macro (Estado) apoiar-se-á nas ações governamentais de promoção do ordenamento territorial, com vistas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Nessa instância, o governo buscará viabilizar a alocação de investimentos de forma a assegurar uma estrutura espacial mais equilibrada.

Os programas e projetos prioritários estimularão e organizarão as atividades produtivas no território de acordo com suas vantagens competitivas, o fortalecimento do capital social, a formação do capital humano, o acesso ao financiamento, o conhecimento técnico e o apoio gerencial. Para tanto, serão priorizadas ações com vistas ao alinhamento estratégico de políticas e a articulação institucional dos agentes que atuam na área ou setor responsável pelo crescimento econômico como forma de estimular a competitividade nas diferentes regiões, respeitando a sustentabilidade do meio ambiente, as dimensões intra e inter-regionais e as relações de complementaridade do meio rural com o urbano.

O Eixo Ceará Integração consubstanciar-se-á através dos seguintes objetivos estratégicos:

- **Promover a Desconcentração Espacial do Desenvolvimento**
- **Promover o Potencial Endógeno para a Autonomia Local**
- **Promover a Gestão Integrada e Compartilhada do Território**

5.4. EIXO 4 - CEARÁ ESTADO A SERVIÇO DO CIDADÃO

A adoção deste Eixo se impõe pela necessidade de se avançar no desenvolvimento do Ceará a partir de novas práticas que propugnem pela construção de processos integrados e solidários baseados em políticas estratégicas capazes de permitir a abertura de espaços de inclusão social, diálogos, trocas e articulações.

O novo formato institucional do Estado comportará um funcionamento sistêmico, com imposição de altas taxas de efetividade nas ações de governo, capaz de mobilizar e construir redes temáticas e setoriais, cujo resultado é um modelo de gestão que envolve, de forma cooperativa e voluntária, governo e sociedade.

O presente Eixo busca garantir condições básicas na promoção de um novo ciclo de desenvolvimento, pressupondo a modernidade dos modelos organizacionais; a criação de espaços de representação de interesses múltiplos; a flexibilidade de normas e valores que facilitem a construção de parcerias entre os diferentes atores, em que a proximidade seja propícia para compartilhar capacidades, recursos e esforços.

A opção de reestruturação e modernização do modelo de organização do Estado objetiva criar condições para melhorar a atuação do Estado por meio da definição de estratégias integradoras de mecanismos de governança, tendo como premissa potencializar ações sinérgicas para o alcance de metas e promoção de políticas estaduais de desenvolvimento.

A inclusão política é pressuposto para o desenvolvimento de ações de inclusão social. Pensando nisso, o Governo do Estado tratará da implantação de um sistema de controle social de políticas públicas, centrado no monitoramento e avaliação de metas inseridas no Plano Estadual de Inclusão Social, de modo a permitir que os diversos setores da sociedade civil possam participar do monitoramento e da reflexão sobre índices e metas relativos à inclusão social.

O atual modelo de gestão centra-se no tripé Estado-Mercado-Sociedade Civil. As políticas públicas a serem implementadas no Ceará preconizam a participação desses componentes, e, nesse sentido, o envolvimento da população se dará por meio dos canais diretos de comunicação, multiplicação dessa forma participativa pelas diversas regiões do Estado, e alinhamento entre os anseios da população e as preocupações de Governo.

O Governo também empreenderá esforços para que haja descentralização e integração das políticas regionais, por entender que as desigualdades econômicas e sociais têm forte componente nas disparidades e nos desequilíbrios regionais.

Na perspectiva do recorte regional para implementação de políticas públicas, o Governo repensará o planejamento e sua execução, numa proximidade maior das realidades, potencialidades e fragilidades do conjunto de municípios e seu entorno.

O aperfeiçoamento do modelo de gestão terá como meta a busca pela produtividade das instituições e a excelência da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados ao cidadão. A integração das ações de Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará ao Governo empregar métodos e técnicas de planejamento sistêmico e interativo que possibilitem o acompanhamento, o monitoramento e a

avaliação dos indicadores qualitativos de gestão que repercutem nas áreas econômica e social.

Aperfeiçoar as ações de planejamento, finanças e controle significa evitar a consolidação de uma gestão pública inercial, pautada apenas em preocupações fiscais e financeiras.

A orientação governamental é sempre no sentido de uma compreensão e visão holísticas e cada vez mais na persecução do equilíbrio fiscal, na maximização da poupança pública, na captação de investimentos privados e na otimização e efetividade dos gastos públicos.

O servidor público é agente imprescindível na consolidação do aperfeiçoamento da gestão pública e fundamental no processo de mudança

A Administração Estadual investirá no capital humano do serviço público, de modo a qualificar o servidor público, no âmbito do desenvolvimento de suas competências gerencial, técnico-operacional e acadêmica, bem como explorar seu potencial criativo e a sua capacidade empreendedora.

A Cultura é tema transversal a todos os Eixos de Governo e produz seus efeitos também na gestão pública. Neste sentido, será possibilitado aos servidores públicos estaduais o acesso a bens e serviços culturais, de forma a incluí-los nas práticas culturais, criando possibilidades de novas relações entre setores de governo, otimizando a comunicação, o clima organizacional, entre outros aspectos positivos.

Outro tema que será tratado diz respeito ao Sistema Único de Previdência do Servidor, pautado em normas gerais de contabilidade e atuária Promoverá os benefícios previdenciários de seus segurados, dependentes e pensionistas.

Os objetivos estratégicos que compõem este Eixo são:

- **Reestruturação e Modernização Institucional**
- **Definição, Acompanhamento e Avaliação de Metas e Indicadores de Inclusão Social**
- **Efetivar a Gestão Compartilhada, a Participação e o Controle Social**
- **Efetivar a Descentralização e a Integração Regional**
- **Mediação Política e Institucional**
- **Aperfeiçoar as Ações de Planejamento**
- **Aperfeiçoar as Ações de Finanças**
- **Aperfeiçoar as Ações de Controle.**
- **Promover a Valorização dos Servidores Públicos**